

RUBENS BARBOSA

A agenda para o futuro



O tempo não está a nosso favor. Sigamos o exemplo da China e da Índia

Nos cinco anos em que vivi em Washington, observando à distância o debate nacional, chamou-me a atenção a escassa discussão, no Brasil, sobre os temas e as questões que, influenciando na economia, no comércio e na política internacional, podem ser determinantes para o futuro de nosso país.

Nos EUA, tanto na imprensa e nos centros de estudos como nos encontros de empresários e nos círculos governamentais, ao mesmo tempo em que são discutidos os assuntos da conjuntura, há sempre espaço para o exame dos fatores que irão conformar as agendas das empresas, do governo e da sociedade civil norte-americana nos próximos anos e décadas.

Conhecimento, qualidade de vida, inovação, educação, ciência e tecnologia, competitividade, rumos da globalização e inserção externa são discutidos em profundidade, da mesma forma como aqui se dá destaque, quase exclusivo, a assuntos como violência, crime, o vaivém diário das taxas de inflação e de câmbio, a dança das cadeiras no Ministério, as manifestações do MST, as reformas setoriais ou o caso Waldomiro. Continuamos a discutir monotonamente os mesmos assuntos, perdendo tempo e deixando de criar uma visão do futuro.

Há, claro, os que argu-

mentam que este debate empobrecido e voltado unicamente para um cotidiano de dramas e instabilidade seria próprio dos países em desenvolvimento, sempre imersos em crônicos problemas. Aos que possam partilhar essa percepção não custa lembrar que a China e a Índia se defrontam com esses mes-

mos problemas, talvez num grau ainda mais intenso que o Brasil, e nem por isso perderam a perspectiva da velocidade das transformações no mundo e estão buscando, com êxito, enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades.

Sem que a sociedade se tenha dado conta, o ciclo gerado pela agenda "modernizadora" dos anos 90, responsável por grandes transformações no Brasil, se esgotou.

Pode-se concordar ou não com a maneira, o ritmo e a profundidade com que as mudanças foram implementadas. Não se pode negar, no entanto, que o País mudou graças à abertura da economia, à reforma do Estado, às privatizações, à criação dos órgãos reguladores, à melhor qualidade da gestão empresarial e ao aumento da produtividade e competitividade no campo e na indústria. Esse processo está tendo continuidade com as reformas que ficaram pendentes (tributária, previdenciária, trabalhista, política e do Judiciário) e com a implementação de legislações importantes como a Lei de

Falências, os novos marcos regulatórios e os programas de Parceria Público-Privada (PPPs).

É surpreendente não ter surgido na sociedade brasileira um movimento sério destinado a discutir e a elaborar uma agenda prospectiva condizente com um país do porte e da ambição do Brasil.

Já não se trata de focalizar a discussão sobre a elaboração de um "Projeto Nacional" ou sobre uma redefinição do que seja o "interesse nacional". Por importantes que sejam, estes temas remetem ao passado e, hoje, dificilmente haveria consenso interno em torno do que eles poderiam significar.

Minha preocupação é com o fato de a sociedade brasileira, com as honrosas exceções de praxe, não estar consciente da necessidade de olhar para a frente e de estar atenta às tendências para os próximos anos e décadas, sobretudo com o aparecimento, nos últimos anos, da China e, agora, da Índia como potências globais econômicas, comerciais e políticas.

Está faltando mais debate, por exemplo, sobre como nos afetam ou poderão afetar as transformações tecnológicas e do conhecimento, as inovações, os rumos da economia internacional em profunda transformação; sobre o impacto da economia chinesa no comércio internacional e o crescente distanciamento entre o Brasil e os principais países emergentes; sobre o novo equilíbrio político mundial, em decorrência da visão dos EUA do mundo depois do 11 de Setembro e do papel que a China passou a representar.

A dura realidade, para

um país como o Brasil, é que as mudanças são tão rápidas e constantes que o mundo avança célere e não vai esperar até que nós consigamos entender o que está acontecendo ou até que nos ajustemos aos novos tempos e às novas transformações.

O risco que corremos é o de perder contato com o pelotão dianteiro de países relevantes no contexto internacional, caso não comecemos, de imediato, a atribuir a importância que China, Índia e os países desenvolvidos dão à educação, ciência e tecnologia, pesquisa, inovação, ao conhecimento em geral, além da forma como o País se insere no mundo.

Chegou a hora de virar a página da agenda dos 90 e focalizar os temas que possam colocar o Brasil entre os países de relevo na economia e na política mundiais. Não nos interessa a liderança de um grupo de países afastados dos centros de decisão e distantes das áreas dinâmicas da economia mundial, pois é na interação com estas que se poderá gerar crescimento, aumento da renda e redução da pobreza, objetivos sempre prioritários dos sucessivos governos em Brasília.

Para tanto, governo, setor privado e sociedade civil devem definir as prioridades em setores estratégicos e alocar os recursos escassos disponíveis para a execução de projetos e a implementação de políticas que levem o Brasil para o centro do processo decisório global.

O tempo não está a nosso favor. Sigamos o exemplo da China e da Índia.

■ Rubens Barbosa, consultor, foi embaixador do Brasil em Washington e em Londres